

RESPONSABILIDADE MORAL SOB DITADURAS TOTALITÁRIAS

Hannah Arendt¹

Falaremos sobre responsabilidade moral e não sobre responsabilidade política, e sobre ditadura totalitária e não sobre qualquer forma de ditadura ou tirania. Para sermos claros sobre o assunto, permitam-me que defina preliminarmente as diferenças entre responsabilidade moral e responsabilidade política, por um lado, e entre a tirania totalitária e outras formas de tirania, por outro. Pois a questão é: ainda existe algo como responsabilidade moral (não apenas política) sob o totalitarismo? Esta questão surgiu após a guerra, nos julgamentos de crimes de guerra. Todos esses julgamentos se basearam no pressuposto de que existiam alternativas morais em meio ao desastre político e de que a consciência continuava a funcionar como antes.

1. Todas as tiranias privam seus cidadãos do poder, condena-os à impotência, e assim eliminam todas as possibilidades de se organizarem: a atomização do corpo político pela dissolução das garantias da igualdade, com o consequente apoio das massas à supressão de todos os poderes intermediários. A monarquia se baseia na distinção, não por qualquer apoio das massas, mas de fora. As tiranias expulsam os indivíduos do âmbito do político e lhes dizem para cuidarem apenas de seus assuntos privados. Tudo o que diz respeito a todos eles, ao bem comum (*common-wealth*), será cuidado por apenas Um homem e seus conselheiros. As tiranias não são totais ou totalitários porque respeitam, até certo ponto, a esfera privada, e os cidadãos, exceto em caso de emergência, não são envolvidos nos possíveis crimes. Eles não participam.

A tirania totalitária é “democrática”: os cidadãos são privados de todo o poder, são cuidadosamente atomizados, mas aparecem constantemente em público. Suas vidas privadas não são respeitadas de modo algum. Antes o contrário: não existe mais qualquer privacidade e eles são diretamente implicados em todos os crimes. Esses crimes não são apenas cometidos em seu nome, mas eles próprios são convocados a cometê-los. Assim, eles agem, mas sem qualquer iniciativa. Eles seguem o líder e sua única virtude é a obediência. Eles são participantes, algo que nunca foram na tirania clássica. Esta é a razão pela qual poderiam ser responsabilizados criminalmente (e moralmente) e pela qual poderiam dizer, por outro lado: a) não fiz o que queria fazer, não tinha maus motivos (e nem bons), sou totalmente desprovido de motivos; e b) se não o tivesse feito, não importava, outra pessoa o faria. Em outras palavras: todos os cidadãos se tornaram engrenagens. (Nenhum nazista pôde ser encontrado depois da derrocada, nenhum stalinista pôde ser encontrado na Rússia). Aparentemente, a distinção entre governantes e governados é apagada – daí a dificuldade de “liberá-los”.

2. Esse é o cenário, e a questão é: ainda resta alguma responsabilidade moral e quais são seus critérios? A responsabilidade política está fora de questão uma vez instaurada a ditadura totalitária, porque já não resta poder algum. Se tomarmos como modelo de responsabilidade moral a proposição socrática “é melhor sofrer o mal do que cometê-lo”, então a resposta do lado político seria que “sofrer e fazer o mal são igualmente maus, pois não deveria haver mal”. Em outras palavras, a ênfase recai inteiramente sobre o mundo e não sobre o eu (*self*). “O mundo está fora do eixo”, mas não nosso eu. Em questões morais, pelo contrário, preocupamo-nos com o nosso eu – é esse o significado de *consciência*. Politicamente, é quase tão errado não resistir ao mal quanto cometê-lo. Mas, para resistir ao mal, podemos ser forçados a fazer o mal. Essa tensão entre as esferas política e moral é inevitável. Os primeiros cristãos sabiam disso muito bem. Estavam comprometidos com fazer o bem e por isso decidiram que evitariam a esfera pública e permaneceriam na reclusão do privado (Tertuliano, os Evangelhos). Maquiavel ainda sabia disso muito bem: “como não ser bom” – isto é, não como ser mau (as más ações podem trazer poder, mas não glória, e a glória é o objetivo máximo da política maquiaveliana), mas como não aplicar este critério.

¹ Editado e traduzido por Adriano Correia. O manuscrito original pode ser encontrado nos Hannah Arendt Papers na Library of Congress, Box 76 (<https://www.loc.gov/item/mss1105601266/>).

Neste sentido político, todas as pessoas que vivem sob uma ditadura totalitária tornam-se culpadas. Jaspers afirmou que *Dass wir leben ist unsere Schuld* (Que estejamos vivos é a nossa culpa). Ou seja: mesmo aqueles de nós que não participaram não resistiram. A resistência teria sido um suicídio e, mais importante, teria sido inócua. Essa é a responsabilidade política, e significa que você tem uma participação por simplesmente pertencer ao grupo em cujo nome o mal está sendo cometido. Napoleão, quando se tornou governante da França, disse de imediato: “assumo a responsabilidade por tudo o que a França fez desde os tempos de Carlos Magno até o terror de Robespierre”. Mas isso não significava: “sou culpado pelo que foi feito”. A responsabilidade recai sobre mim porque sou o representante do corpo político. Nesse sentido, somos de fato responsabilizados pelos pecados de nossos pais – a Alemanha, os negros – mas não somos culpados por eles.

II

Sublinhemos a distinção entre responsabilidade e culpa: você pode ser politicamente responsável sem qualquer culpa. Para que haja culpa é necessário que você tenha feito algo, e mesmo o pecado da omissão ainda implica que você poderia ter agido e, portanto, que sua abstenção é um tipo de ação, só que de um modo diferente, assim como o silêncio pode ser um modo de falar. Dizer “sou culpado pelo que os outros fizeram”, esse sentimento de culpa sem ação, é sentimentalismo e uma tolice perigosa. Aqueles alemães que declararam após a guerra “todos nós somos culpados” tornaram realmente impossível descobrir quem era culpado de algo específico. Em termos práticos, onde todos são culpados, ninguém é. Esse sentimentalismo representou um acobertamento muito eficaz para os criminosos. Se os alemães tivessem dito “nós somos responsáveis”, teriam descoberto os verdadeiros culpados e os punido (a exemplo do Julgamento de Auschwitz: havia criminosos de verdade sendo julgados, não apenas criminosos de escritório, e a opinião pública estava claramente do lado deles). E eles teriam descoberto diferenças na culpa em determinadas circunstâncias: culpados por obedecer a ordens e culpados por iniciativa própria – por fazer, por exemplo, o que mesmo nesse Estado não era permitido. Antes de prosseguirmos: você pode ser politicamente responsável sem qualquer culpa; inversamente, por não ser culpado, você não agiu com responsabilidade política.

Consideremos a natureza dos crimes conforme eles apareceram nos tribunais. Os crimes dos quais as pessoas que viveram sob o regime totalitário foram acusadas eram de duas ordens completamente diferentes: eram ou “atos de Estado” – a Solução Final foi um ato de Estado, inteiramente legal na Alemanha nazista – ou, como no Julgamento de Auschwitz, atos criminosos individuais que eram criminosos em todas as circunstâncias. Nenhum problema moral está envolvido nesse último caso. Estamos interessados apenas no primeiro. Atos de Estado é um conceito antigo e significa que: 1. o Estado pode ser forçado a cometer atos que se feitos por um indivíduo seriam criminosos, atos que são claramente contra a ordem moral; 2. esses atos estão fora de qualquer jurisdição, porque nenhum outro Estado tem o direito de julgá-los. Todo Estado é soberano, e isso significa que não obedece a nenhuma outra lei e não está sujeito a nenhum juiz externo. Por trás disso está a teoria de uma “razão de Estado” especial, a *raison d'état*, que diz: “se a sobrevivência do Estado estiver em questão – isto é, também a sobrevivência da ordem legal e moral –, o Estado pode fazer certas coisas ilegais para preservar a existência dessa ordem legal”. Isso não significa a abolição da ordem legal, mas, ao contrário, sua subsistência. Ou seja, o Estado ou seus servidores cometem certos crimes morais por responsabilidade política. Para falar na linguagem de Maquiavel, eles arriscam a salvação de sua alma em nome da ordem legal secular. Aqueles que não o fazem são acusados de fugir da responsabilidade política, de agir de forma irresponsável. Portanto, aqueles que são moralmente livres de culpa podem ser politicamente irresponsáveis.

III

Vamos ver como isso funciona ou não funciona em circunstâncias totalitárias. Não posso apresentar aqui uma análise dessa forma de governo, vocês terão de acreditar em mim. A natureza humana, de modo geral, é tal que nenhum governo totalitário é possível sem que ele próprio se torne criminoso. Ou seja, os crimes gigantescos cometidos por esses governos não são cometidos para

preservar uma ordem legal e moral normal, mas sim por si mesmos ou em nome da ideologia. A essência de uma ordem totalitária é a criminalidade. Em lugar do “Não matará” vem a ordem: “Matarás, e nós diremos quando e quem”. Em vez de “Não levantarás falso testemunho”, vem a ordem: “Somente denunciando todas as pessoas próximas a você é que você poderá provar que tem apenas uma lealdade”. E essa criminalidade é uma ordem legal, é a lei nacional à qual se deve obediência legal, como em qualquer outro governo. Ou seja, esses governos são imorais e criminosos, mas não como atos particulares podem ser, mas como uma ORDEM, um sistema legal. Em outras palavras, o extermínio de certos grupos étnicos sob o domínio de Hitler e o extermínio de classes sob o domínio de Stalin não tinham um objetivo ulterior; não teriam cessado, por exemplo, quando todos os judeus ou todos os membros das classes estivessem mortos. O movimento deveria continuar indefinidamente. Ele não era limitado por objetivos utilitários do senso comum, e no caso de Hitler nada tinha a ver com a guerra. Hitler poderia tê-la vencido sem isso, assim como Stalin poderia não ter quase perdido a guerra se não tivesse submetido os militares ao mesmo processo implacável de dizimação que aplicou aos camponeses e à burocracia.

Quais eram as alternativas à participação? A única alternativa política em ambos os casos era a rebelião ou a revolução. Mas isso não aconteceu pela simples razão de que tais governos, como todas as tiranias, dependem do apoio das massas, e a revolução nunca é possível sem uma perda prévia de autoridade. O que foi timidamente tentado em ambos os casos foram conspirações, e nenhuma conspiração jamais provocou uma revolução. Em ambos os casos, a mudança veio de fora: a morte de Hitler, a derrota da Alemanha e a morte de Stalin. (Se Stalin foi assassinado, o fato significativo é que seus assassinos não assumiram seu ato libertador, por medo das massas). Portanto, não havia alternativa política, e quando não há alternativa política resta apenas a alternativa moral: a não participação.

IV

Esse aspecto moral da questão veio à tona após a guerra, por meio dos procedimentos nos tribunais. A grandeza do tribunal reside no fato de ninguém poder continuar a ser uma engrenagem. Desculpar-se dizendo que “era apenas uma engrenagem, qualquer um teria feito isso” é irrelevante, pois o juiz olha diretamente para você e pergunta: “e por que você se tornou uma engrenagem ou continuou a ser uma engrenagem? Tudo o que você diz sobre engrenagens serve, no máximo, como circunstâncias atenuantes”.

A pergunta era sempre a mesma: “você ficou com a consciência pesada”? E a resposta era sempre a mesma: “não, pelo contrário, eu teria ficado com a consciência pesada se não tivesse feito o que fiz”. E quando esse aspecto moral veio à tona, houve o horror com o fato de que havia sido bastante fácil silenciar as consciências de todo um povo – com exceção de uma minoria numericamente pequena. Quando pensamos em moralidade, pensamos em consciência [*conscience*], mas as palavras moral e ética significam maneiras, costumes, convenções etc., ou seja, algo social, ao passo que a consciência [*conscience*] (saber por si mesmo, uma consciência de si [*consciousness*]), ao contrário, é estritamente individual. Portanto, a questão com a qual nos deparamos é realmente séria: a consciência funciona realmente ou é “social”? Ou seja, ela não funciona realmente? Seria realmente possível mudar a moral de um povo inteiro, como se mudam as maneiras? Havia, no entanto, uma minoria de não participantes. Não estamos interessados em heróis ou santos, mas em todos. Quem eram os participantes, quem eram os outros?

V

1. Examinemos a situação do ponto de vista moral. O que é exigido da consciência em uma situação em que você tem apenas a você mesmo como guia? Você se coloca não apenas contra o sistema jurídico do país, mas também contra a opinião pública. 2. Como o totalitarismo se baseia na atomização, você está – ou pensa que está – em uma situação de um contra todos, pois toda comunicação é perigosa. A pessoa em quem você confia hoje pode mudar amanhã, e então você

estará perdido. Aqueles que pensam da mesma forma são desconhecidos para você. 3. Aparentemente, você se apegar a padrões que perderam toda a realidade; eles não aparecem em lugar algum. 4. Empiricamente: aqueles que sempre estiveram acostumados a se apegar a padrões sem examiná-los, sem duvidar, que eram convencionais e respeitáveis, foram os mais fáceis de coordenar. As pessoas que duvidam, os céticos, os rebeldes e afins foram muito mais difíceis de influenciar. Pois esse é um sistema com seus próprios padrões, e padrões não examinados, simplesmente aceitos com base na autoridade – ou na opinião pública –, que desmoronam no momento em que deixam de ser reais. Tudo o que resta às pessoas convencionais e respeitáveis é o hábito de ter padrões para se apegar a algo, e esses padrões são fornecidos pela nova ordem.

VI

Aquelas pessoas que não participaram não eram nem antiquadas o suficiente para não aceitar novos padrões nem possuíam padrões melhores. A consciência delas não funcionava dessa forma mecânica, em que você possui uma lei e então subsume todos os casos particulares sob ela. Elas foram arrogantes o suficiente para julgar por si mesmos, e eu sugiro que seu critério era socrático: Sócrates não apenas disse que “é melhor sofrer o mal do que cometê-lo”, mas também explicou que “é melhor estar em desacordo com o mundo inteiro do que estar em desacordo consigo mesmo”. Elas se perguntaram se ainda conseguiriam viver consigo mesmas depois de terem realizado certas ações e decidiram não participar, não porque o mundo seria melhor (não por causa da responsabilidade política) e não por estarem preocupadas com a salvação de suas almas, mas porque queriam continuar vivendo consigo mesmas. Elas se recusaram a assassinar não tanto porque ainda se apegavam ao Mandamento “Não matarás”, mas porque não estavam dispostos a viver junto a um assassino.

Dois exemplos. O pressuposto para esse tipo de julgamento é o hábito de examinar e de viver junto a si mesmo. Chamamos de pensamento esse diálogo silencioso em que você fala consigo mesmo, mas ele não é técnico, não é privilégio dos instruídos e sofisticados. Ninguém foi mais fácil de atrair para a nova armadilha da moralidade que os intelectuais, porque eles conseguem produzir ideias para tudo e tendem a julgar de acordo com o que os faz produzir coisas como noções e ideias.

Tendemos a pensar que as pessoas que têm o hábito de examinar proposições e padrões fundamentais são destrutivas. Temos todos os motivos para mudar de ideia sobre esse assunto. Os que duvidam e os céticos são mais confiáveis, não porque duvidar seja saudável ou o ceticismo seja bom, mas porque essas pessoas estão acostumadas a formar suas próprias opiniões – a viver consigo mesmas.

VII

Essa atitude de não participação, de não fazer certas coisas independentemente do mundo, é politicamente uma situação marginal. É irresponsável, mas tal irresponsabilidade é justificada quando se está completamente impotente. Assim, é a atitude correta em situações extremas e também pode ser a atitude correta para aqueles que fizeram do pensamento um modo de vida: o filósofo ou quem quer que reivindique a liberdade em relação à política, que nosso corpo político garanta a todos os cidadãos.

Contra essa atitude, o argumento corrente era: “todo cidadão tem o dever de obedecer às leis”. Ele não pode examinar as leis e então decidir se elas são boas ou não; tal conduta arruinaria todo o corpo político. Nenhum governo pode sobreviver sem essa obediência. Isso é uma falácia e ela reside na palavra obediência. Somente uma criança obedece. Um adulto na verdade apoia as leis ou a autoridade que requer obediência. Nenhuma ação é possível sem o apoio e a ajuda de outras pessoas. Aquele que inicia a ação precisa do apoio de outros para levá-la a cabo – *agere/gerere, archein/prattein*. Sem essa “obediência”, um líder fica indefeso – ao passo que a criança fica indefesa no berçário e o escravo quando se recusa a “cooperar”. Se obedecemos às leis do país, na verdade apoiamos sua constituição, e toda revolução começa quando esse consentimento tácito é retirado. Em termos

políticos, os não participantes, na medida em que entravam em conflito com as leis do país, não reivindicaram liberdade em relação à política, mas retiraram seu consentimento, recusaram-se a apoiar, evitando os lugares de “responsabilidade” onde esse apoio, sob o nome de obediência, era exigido, ou pagando com a própria vida pela não obediência.

VIII

Concluindo: a responsabilidade moral começa onde termina a responsabilidade política, onde você não pode ou não quer fazer algo pelo mundo. Em certas situações políticas desumanas, pode ser um sinal de coragem admitir impotência e dizer: “não quero fazer parte desse mundo, não aceitarei meu quinhão nele e não participarei”. Com isso restará apenas a própria vida em sua mera existência. Agora você decidirá de acordo apenas com esse critério, o velho critério socrático: “se eu não puder fazer isso (por exemplo, examinar a mim mesmo e às pessoas ao meu redor), a vida não vale a pena ser vivida”, e “se eu tiver de fazer isso – por exemplo, matar ou prestar falso testemunho contra meu próximo – não conseguirei mais viver comigo mesmo”. E embora possa haver muitas pessoas que não vivem consigo mesmas – e isso significa que, estritamente falando, não possuem consciência –, para mim a vida não valeria a pena ser vivida se eu perdesse a mim mesma. Se você tiver sorte, essa atitude moral sob uma ditadura totalitária o levará apenas ao isolamento de seus semelhantes; se tiver azar, o levará à morte.